

MESTRADO
ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM PORTUGAL

POR RUTE ALEXANDRA VASCO DE BRAGANÇA

OUTUBRO DE 2017

MESTRADO
ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM PORTUGAL

POR RUTE ALEXANDRA VASCO DE BRAGANÇA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR CARLOS FARINHA RODRIGUES

OUTUBRO DE 2017

A todos aqueles que contribuíram para a realização deste projecto,
a nível pessoal, profissional e académico,
o meu muito obrigada.

RESUMO

A riqueza é usualmente referida como os ativos materiais e imateriais que podem ser vendidos no mercado. Esta é considerada pela literatura a variável mais abrangente para avaliar o bem-estar das famílias uma vez que os ativos são o principal instrumento que as famílias dispõem para se protegerem de vários riscos tais como desemprego, doença ou divórcio ((Wolff, 1998); (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009); (OECD, 2013)).

A presente dissertação tem como objetivos a análise do nível de desigualdade na distribuição da riqueza, estudar como é que a distribuição da riqueza se relaciona com a distribuição do rendimento e quais os efeitos da recente crise económica na assimetria da distribuição da riqueza.

Através da análise aos dados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias, verifica-se que o último decil de riqueza detinha em 2013 mais de metade (52%) da riqueza líquida.

Se à riqueza líquida for subtraída a componente da residência principal, a proporção de riqueza detida pelas famílias do último decil ascende os 69%. O índice de *Gini*, sobe cerca de 20%, passando de 0,678 para 0,815 quando à riqueza líquida de subtrai a residência principal.

Os resultados obtidos sugerem que entre 2010 e 2013 houve uma redução da riqueza líquida que foi profundamente desigual e regressiva: a riqueza líquida média do 1º decil quase que duplicou o seu valor negativo enquanto o 10º decil registou um decréscimo inferior a 10%.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade; Riqueza; Rendimento.

ABSTRACT

Wealth is usually referred to as the tangible and intangible assets that can be sold in the market. It is considered by the literature as the most comprehensive variable to evaluate the welfare of families since the assets are the main instrument that families rely to protect themselves from various hazards such as unemployment, illness or divorce ((Wolff, 1998); (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009); (OECD, 2013)).

The goal of this dissertation is to analyze the level of inequality in wealth distribution, to study how this wealth distribution relates with income distribution and what the effects are of the economic crisis in the asymmetry of wealth distribution.

By analyzing the data from the Household Finance and Consumption Survey, the 10th wealth decile had more than half (52%) of net wealth in 2013.

When the household's main residence is subtracted from the families' net wealth, the proportion of wealth rises to 69% and the Gini Index rises to around 20%, changing from 0.678 to 0.815.

The results suggest that between 2010 and 2013 there was a reduction on the net wealth which was deeply uneven and regressive: the average net wealth from the first decile almost duplicated its negative value whilst the 10th decile registered a decrease less than 10%.

Key-words: Inequality; Wealth; Income.

Índice

1. Introdução	1
2. Discussão da desigualdade na distribuição da riqueza	4
2.1. A importância do estudo da riqueza	7
2.2. O inquérito à situação Financeira das famílias	9
2.2.1. Limitações	13
2.2.2. Conceitos	14
2.2.3. Principais resultados do ISFF	15
3. Análise da repartição da riqueza em Portugal	18
3.1. Análise das componentes da riqueza	20
3.2. Relação entre rendimentos e riqueza	25
3.3. Desigualdade	26
3.4. Impacto da crise	29
4. Conclusões	32
5. Referências bibliográficas	36
6. Anexos	39
6.1. Conteúdo do questionário	39
6.2. Base de dados do ISFF	39
6.3. Construção das variáveis derivadas	40
6.4. Indicadores de desigualdade	42

Índice de Figuras

Figura 1 Percentagem de famílias proprietárias de RPA por classes de riqueza líquida, 2013	16
Figura 2 Percentagem de agregados proprietários de ativos financeiros, 2013.....	17
Figura 3 Coeficiente de Gini, a nível europeu, com base na riqueza líquida, 2013	17
Figura 4 Valor médio (em milhares de euros) da riqueza por decis de riqueza líquida, 2013	23
Figura 5 Curvas de Lorenz, 2013.....	27
Figura 6 Conteúdo do questionário ISFF 2013	39

Índice de Tabelas

Tabela 1 Média e mediana (em euros) da riqueza líquida e riqueza bruta por decis, 2013	20
Tabela 2 Percentagem de valores negativos, nulos e positivos da riqueza, rendimento e dívida, 2013	20
Tabela 3 Peso das componentes da riqueza por decis de riqueza líquida, 2013.....	21
Tabela 4 Peso da dívida na riqueza total por decis, 2013	22
Tabela 5 Peso médio das componentes da dívida por decis, 2013.....	22
Tabela 6 Média (em euros) da riqueza líquida por decis, 2013	25
Tabela 7 Proporção de agregados em cada decil de rendimento e de riqueza, 2013 ...	26
Tabela 8 Índice de Gini da riqueza bruta, líquida e rendimento bruto, 2013	27
Tabela 9 Indicadores de desigualdade, 2013	28
Tabela 10 Média (em euros) da riqueza líquida por decis, 2010 e 2013	29
Tabela 11 Proporção de valores negativos, nulos e positivos de riqueza, 2010 e 2013	30
Tabela 12 Indicadores de desigualdade, 2010 e 2013	31
Tabela 13 Peso das componentes da riqueza, 2010 e 2013	31

1. Introdução

Grande parte dos estudos sobre a análise do bem-estar e medição das desigualdades sociais são centrados no rendimento, através de inquéritos aos rendimentos e/ou às despesas das famílias. Pela análise do rendimento, sabe-se que Portugal é um dos países com maiores desigualdades da União Europeia (UE): em 2015 o índice de Gini¹ era 34,0%, mais 3 pontos percentuais (p.p.) do que a média dos 28 países da UE (Eurostat, 2017). No entanto, fica a dúvida se os rendimentos serão o melhor indicador do nível de bem-estar das famílias. Na abordagem do tema da desigualdade, importa mencionar o tipo de desigualdade a que se refere: desigualdade de distribuição de rendimentos ou riqueza, desigualdade de oportunidades, desigualdade no acesso à educação ou desigualdade salarial? Esta dissertação tem como principal enfoque a desigualdade na distribuição da riqueza.

A riqueza funciona como “almofada financeira” nos períodos em que o fluxo de rendimentos está comprometido, podendo ser uma fonte de consumo já que os ativos podem ser convertidos em moeda de forma a satisfazer necessidades de consumo.

Os factos mais importantes sobre a distribuição da riqueza são conhecidos e estão bem documentados: a distribuição da riqueza líquida é mais desigual do que a distribuição do rendimento; a distribuição das heranças é mais desigual do que a distribuição da riqueza no seu todo; existem grandes diferenças na distribuição da riqueza nos países desenvolvidos (Davies & Shorrocks, 2000). Apesar dessa constatação pouco se sabe ainda sobre a distribuição e as componentes da riqueza em Portugal. A

¹ Ver anexo 6.4

riqueza é uma variável *stock*, o que aumenta a sua complexidade e dificuldade de estimação e, por isso, são poucos os estudos em profundidade publicados sobre esta temática.

A problemática da desigualdade é uma realidade debatida atualmente, tanto no domínio público como no domínio científico, analisado pelas diferentes correntes políticas, órgãos de comunicação social e em publicações especializadas de entidades nacionais e internacionais. No entanto, há muito que a questão da desigualdade é abordada no pensamento económico, em 1754, Rousseau destacava na obra “A origem da desigualdade” que a desigualdade social não é natural nem advém da vontade divina, antes resulta da apropriação privada de riqueza.

Rodrigues (2017) defende que em Portugal a desigualdade acentua as situações de pobreza, partilhando da opinião de Bruto da Costa, para quem os elevados níveis de pobreza em Portugal se relacionavam estreitamente com elevados níveis de desigualdade. No atual contexto de crise financeira, económica e social, colocam-se cada vez mais desafios às políticas de redistribuição e esse processo passa necessariamente por conhecer a distribuição dos rendimentos e da riqueza.

A presente dissertação tem como principais objetivos: identificar a forma como a riqueza se distribui nas famílias em Portugal, assim como o estudo das suas componentes; analisar a relação entre a distribuição da riqueza e do rendimento; investigar em que medida a profunda crise socioeconómica que Portugal atravessou a partir de 2010 se repercutiu no domínio da distribuição da riqueza e o nível de desigualdade que lhe está associado.

A análise tem por base os dados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) realizado em Portugal nos anos de 2010 e 2013 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Banco de Portugal (BdP), coordenado pelo Banco Central Europeu (BCE), sendo a fonte de estatísticas oficiais sobre a distribuição da riqueza das famílias². Este trabalho apresenta-se estruturado da seguinte forma: no capítulo 2 são abordados os principais referenciais teóricos e de investigação que servem de base ao estudo da riqueza, apresenta-se ainda o ISFF como principal fonte de informação sobre a riqueza, enumerando as suas potencialidades e limitações e sintetizando os resultados mais relevantes. No capítulo 3 procede-se à análise empírica dos principais resultados apurados através da base de dados anonimizados. Por fim, no capítulo 4 sintetizam-se as conclusões dos principais resultados alcançados e sugerem-se linhas de investigação futura.

² A autora agradece ao Instituto Nacional de Estatística o acesso aos microdados do ISFF 2010 e 2013, possível pelo Protocolo INE/FCT/DGEEC, processo 665.

2. Discussão da desigualdade na distribuição da riqueza

A riqueza é usualmente referida como os ativos materiais e imateriais que podem ser vendidos no mercado. Esta é extraordinariamente importante quando o consumo é superior ao rendimento disponível, permitindo alisar o consumo³ em casos inesperados, como a doença e desemprego, e também em fases vida como a juventude ou a reforma em que os rendimentos poderão ser insuficientes. O alisamento do consumo desempenha um papel especialmente importante quando existem fortes restrições de mercado ou dificuldades de crédito. (Davies & Shorrocks, 2000)

Para Piketty (2014) a distribuição da riqueza é uma das questões mais polémicas da atualidade. A vivência da desigualdade na distribuição da riqueza é observável por todos e gera julgamentos políticos e sociais contraditórios. Piketty (2014) defende também que a desigualdade na repartição da riqueza gera pobreza, ao pôr em causa a existência de uma classe média forte e retira aos Estados os recursos necessários para um investimento em educação, ciência e tecnologia que possibilita crescimento económico robusto e instituições democráticas saudáveis. Stiglitz (2013) e Wilkinson & Pickett (2010) afirmam que as desigualdades provocam instabilidade económica, enfraquecem a coesão social, aumentam a criminalidade, provocam um declínio da saúde, situações de gravidez na adolescência e obesidade, afetando os indivíduos, a sociedade e a economia.

Para contextualizar a problemática das desigualdades na distribuição da riqueza, importa salientar o estudo de Davies & Shorrocks (2000), que concluiu que a

³ O nível de consumo é menos volátil que a variação de rendimento, deste modo as famílias pretendem evitar grandes flutuações no consumo.

longevidade aumenta significativamente com o rendimento e com a riqueza. O estudo de Cristia (2009) corrobora este facto, concluindo que houve um aumento da esperança média de vida nos EUA entre 1990 e 2000, período em que se observou um aumento da riqueza. No entanto, esse progresso não foi para todos, a esperança média de vida das mulheres com menos recursos diminuiu durante esse período. Estes resultados estão relacionados com a falta de acesso aos seguros de saúde nos indivíduos mais pobres (Stiglitz, 2013).

Tal como refere Piketty (2014), o primeiro estudo sobre desigualdades feito com base em dados estatísticos foi publicado por Kuznets em 1953, constatando uma forte redução da desigualdade de rendimento nos Estados Unidos entre 1913 e 1948, o que levou a formular a teoria de que a desigualdade poderia ser descrita como uma curva em “forma de U invertido” (conhecida como a curva de Kuznets). A ideia subjacente é a de que a desigualdade aumenta durante as primeiras fases da industrialização, uma vez que há apenas uma minoria da população em condições de beneficiar dos ganhos iniciais do processo e, posteriormente, nas etapas mais avançadas do desenvolvimento, decresce de forma automática, quando uma proporção cada vez maior da população passa a usufruir do crescimento económico. Desta forma o progresso técnico levaria, *per se*, à redução da desigualdade. A filosofia da época era a de que o crescimento é como a maré alta: levanta todos os barcos. No entanto, Piketty (2014) afirma que a visão de Kuznets era demasiado otimista e que carecia de fundamento empírico, uma vez que a diminuição da desigualdade se deveu em grande parte aos choques económicos e políticos provocados pelas duas grandes guerras mundiais.

Stiglitz (2013) sugere que uma parte da concentração da riqueza se deve às atividades de *rent-seeking* “que incluem lucros de monopólio e excessivas compensações de alguns diretores-executivos”. Estas atividades costumam ser destrutivas porque “os rent-seekers ganham menos do que aquilo que retiram aos outros”. Outro motivo para a concentração de riqueza deve-se à teoria *trickle-down*, um “velho mito” que defende que com o apoio aos mais ricos (por exemplo, através de baixos impostos sobre os ganhos de capital) haverá mais criação de emprego e todos beneficiam. O autor defende também que a concorrência fiscal entre os vários países, ou seja, o facto de os países competirem para atrair as grandes empresas oferecendo-lhes impostos mais baixos, enfraquece a capacidade de corrigir uma distribuição de mercado cada vez mais desigual.

Outro dos motivos que influencia a desigualdade na distribuição da riqueza é a sua diferente composição. Com efeito, sabemos que a composição da riqueza nos vários decis da população é diferente, e essa diferença tem impactos na desigualdade: por exemplo, as ações das empresas são detidas maioritariamente pelas famílias de maiores recursos, o que faz com que a desigualdade na distribuição da riqueza tenha tendência a aumentar durante os *booms* nos mercados acionistas. Por outro lado, é expectável que as famílias da classe média beneficiem mais quando há aumentos no preço das casas. As razões para a tendência decrescente na desigualdade da riqueza no séc. XX são difíceis de determinar com precisão, mas a expansão de ativos “populares”, como casas e os bens de consumo duráveis, parecem ser um importante fator (Davies & Shorrocks, 2000). A progressividade dos impostos pode também justificar o decréscimo da desigualdade na riqueza ((Davies & Shorrocks, 2000); (Stiglitz, 2013)). Também as

heranças parecem ter um papel importante, aquilo a que se chama “transmissão intergeracional da riqueza” (Rodrigues & Andrade, 2013), uma vez que as heranças estão mais concentradas do que a riqueza como um todo (Keister & Moller, 2000).

2.1. A importância do estudo da riqueza

Como se demonstra em vários países, a desigualdade na distribuição da riqueza é consideravelmente mais elevada do que a desigualdade no rendimento ((Davies & Shorrocks, 2000); (Keister & Moller, 2000); (OECD, 2013); (Stiglitz, 2013); (Alvaredo, Atkinson, & Morelli, 2015); (Atkinson, 2016)). Para além disso, a riqueza está altamente concentrada nas famílias mais ricas, dando origem a uma distribuição ainda mais enviesada (Cowell, Karagiannaki, & McKnight, 2012).

A relação entre rendimento e riqueza não é direta, as famílias com baixos rendimentos não são necessariamente pobres em termos de riqueza ((Salverda, Maestri, & Bogliacino, 2014); (OECD, 2013)).

Os dados sobre os rendimentos permitem estudar o atual nível de vida das famílias, mas só os dados sobre a riqueza conseguem fornecer informações sobre o bem-estar financeiro passado (dado que a poupança representa um excesso de receitas face às despesas) e indiciam o bem-estar futuro, representando o poder total de um indivíduo sobre os seus recursos ((Cowell, Karagiannaki, & McKnight, 2012); (Rodrigues, 2007)). Ou seja, a riqueza constitui uma variável mais abrangente, pois os seus estudos fornecem uma visão completa da solidez financeira das famílias ((Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009); (OECD, 2013)). No entanto, a dificuldade de medir a riqueza é maior do que o

rendimento, essencialmente por a riqueza ser uma variável *stock* e o rendimento ser uma variável fluxo (Honkkila & Kavonius, 2013).

Para estudar o rendimento e a riqueza das famílias, pode utilizar-se dados macro e microeconómicos. Os dados macroeconómicos são provenientes do Sistema de Contas Nacionais e de dados administrativos, permitindo estudar a forma como as famílias se relacionam com o sector empresarial, o Estado e o resto do mundo. A utilização de dados agregados não tem em consideração a heterogeneidade individual que afeta as decisões de consumo, de acumulação de riqueza e de endividamento, podendo levar a um enviesamento dos resultados (Farinha & Noorali, 2004). Os microdados permitem conhecer a distribuição dos ativos e das dívidas, estudar o comportamento dos agregados (incluindo a forma como os diferentes tipos de agregados reagem a choques externos), avaliar as condições de vida e padrões de consumo em grupos particulares da sociedade e, por último, analisar o impacto de políticas públicas (OECD, 2013a). Através dos dados administrativos poder-se-iam obter microdados, no entanto, em Portugal não há bases de dados disponíveis com toda a informação sobre riqueza e rendimentos. Se fosse possível aceder à base de dados da Autoridade Tributária ter-se-iam os rendimentos declarados no IRS, mas essa base não é representativa da população portuguesa, pois exclui todos aqueles que não entregam IRS devido aos baixos rendimentos. Para além disso, ainda que alguma base de dados representativa da população estivesse disponível, os dados administrativos são de difícil acesso e são afetados pela fuga fiscal (Alvaredo, Atkinson, & Morelli, 2015). Deste modo, apenas com os inquéritos às famílias é possível fazer a relação entre rendimentos/riqueza e as condições de vida da população. Atkinson (2016) refere que estes inquéritos são

indispensáveis pois a informação que providenciam é essencial à criação de políticas com vista à redução da desigualdade.

O facto de existirem poucas séries de dados sobre riqueza com qualidade deve-se à complexidade da variável, o que torna mais difícil a sua mensuração. São inúmeras as dificuldades que lhe estão associadas por exemplo: que ativos considerar? Como avaliar o seu valor? Será que devem ser incluídos os direitos a receber pensões, seguros de vida e futuras transferências sociais? Estes últimos também constituem riqueza, mas dificultam a medição, pela dificuldade em saber que taxa de atualização utilizar (Davies & Shorrocks, 2000). Por outro lado, como apenas se consegue obter estas séries de dados através dos inquéritos às famílias, que por norma são inquéritos amostrais, levantando outro tipo de problemas: a distribuição é mais enviesada, o que torna mais difícil a seleção de uma amostra representativa de toda a população e que caracterize as várias componentes da riqueza nas diferentes classes, bem como a medição da desigualdade (Cowell, Karagiannaki, & McKnight, 2012); medir a distribuição da riqueza será sempre algo sujeito ao erro e à incerteza, mas o erro poderá ser reduzido se os inquéritos às famílias forem bem produzidos e analisados, tendo especial atenção à correção dos erros de amostragem (sobre-amostragem e comparação com balanços financeiros nacionais).

2.2. O inquérito à situação Financeira das famílias

Face ao objetivo de relacionar informação sobre os níveis de dívida, rendimentos, riqueza e consumo, características demográficas e socioeconómicas das famílias, em Portugal, as primeiras estatísticas oficiais sobre dados de riqueza surgem em 1994, com o Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias (IPEF). Este inquérito foi

realizado pelo INE e pelo BdP. As seguintes edições ocorreram em 2000 e 2006 (INE, 2006).

A recente crise enfatizou a importância de conhecer a forma como as famílias reagem a choques, incluindo choques do mercado imobiliário e de saber se a forma como reagem depende do seu rendimento, do seu nível de dívida ou de características demográficas (Household Finance and Consumption Network, 2009). A necessidade de os bancos centrais terem informação harmonizada na zona euro ao nível microeconómico para a condução da política monetária e para a manutenção da estabilidade financeira, levou à criação do Household Finance and Consumption Survey (HFCS), um projeto europeu coordenado pelo Banco Central Europeu e a sua implementação em Portugal é da responsabilidade do Banco de Portugal que se associou ao INE (Farinha & Costa, 2012).

Alguns países, incluindo Portugal, já recolhiam dados sobre a situação financeira das famílias, no entanto, as divergências no conteúdo, na metodologia e na periodicidade, traduziam-se numa impossibilidade para obter variáveis agregadas para a zona euro. Para além da alteração da periodicidade, houve a necessidade de adaptar o IPEF quer no conteúdo do questionário quer no processo de amostragem e tratamento de dados omissos, o que dificulta as comparações entre o IPEF e o ISFF (Farinha & Costa, 2012).

O questionário do ISFF permite obter as variáveis definidas pelo BCE, tendo sido adaptado à realidade portuguesa (INE, 2016).⁴

A maioria dos países sentiu a necessidade de fazer uma sobrerepresentação das famílias mais ricas, uma vez que a não resposta nestas famílias é superior. Para tal, os

⁴ Ver anexos 6.1 e 6.2

países usaram diferentes métodos: informação sobre riqueza e rendimento ao nível do indivíduo, informação sobre o rendimento por regiões e, quando este tipo de dados não estava disponível, foi utilizado outro tipo de critérios (Vermeulen, 2014). Em Portugal, como os dados censitários não contemplam informação sobre rendimento e riqueza, foi necessário utilizar outro recurso. Nas duas edições do ISFF, a amostra contemplava 8000 alojamentos a inquirir. No ano de 2010 o procedimento adotado foi fundamentado, com base no IPEF 2006, pela hipótese de que as famílias mais ricas vivem predominantemente em áreas urbanas. Deste modo, a amostra global foi constituída por duas subamostras, ambas selecionadas a partir da Amostra-Mãe de 2001: metade da amostra (4000 alojamentos) foi selecionada a partir de uma base de amostragem extraída e constituída pelos alojamentos de residência principal (de acordo com a metodologia habitual do INE para os inquéritos às famílias) e houve um reforço da amostra (os outros 4000 alojamentos) nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (INE, 2012). Através da análise dos dados do ISFF 2010, conclui-se que a dimensão dos imóveis parece estar mais correlacionada com riqueza das famílias do que a localização geográfica (Costa, 2016). Assim, para a vaga de 2013 adotou-se outro tipo de critério, sendo amostra global constituída por duas subamostras, ambas selecionadas a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos (que corresponde a uma atualização da Amostra-Mãe, tendo por base os Censos 2011), metade da amostra (4000 alojamentos) foi selecionada de acordo com a metodologia habitual, e o reforço (os outros 4000 alojamentos) foi feito em todas as regiões, mas apenas para alojamentos com maior área útil. Em Portugal, a recolha ocorreu entre os meses de maio e julho de 2013. Na base de dados estão

presentes 6207 agregados, o que corresponde a uma taxa de resposta de 85%. (INE, 2016).

Para o tratamento de não respostas parciais relativas às questões de riqueza, dívida, rendimento e consumo, foi acordado a nível europeu a utilização de um método de imputação múltipla. A necessidade de imputação deve-se ao facto de, em muitos casos, a não resposta estar correlacionada com as características das famílias (nomeadamente o seu rendimento e riqueza), pelo que os dados omissos poderiam enviesar as conclusões a retirar. Note-se que um método de imputação que substitua os valores omissos pela média dos valores observados, torna a distribuição concentrada em torno da média, provocando uma subestimação da variância (Farinha & Costa, 2012). A utilização de um método de imputação múltipla tem vantagens face a métodos determinísticos, uma vez que imputa diferentes valores para um mesmo dado em falta, o que permite considerar a incerteza associada ao processo de imputação e não subestima a variabilidade da variância (INE, 2016). Para este projeto foi acordado que para cada valor em falta seriam atribuídos 5 valores, ou seja, são produzidas cinco versões da base de dados final e cada uma dessas versões se denomina *implicate*. Quanto maior for o número de *implicates* mais precisa é a imputação mas torna mais pesada a base de dados (Farinha & Costa, 2012).

Para a estimação da variância, foi utilizado um método de *rescaling bootstrap*. Este é um método de replicagem, obtido pela construção de réplicas dos ponderadores. As réplicas contêm toda a informação necessária para o cálculo da variância de uma determinada estatística sem ser necessário divulgar informação sobre o desenho da amostra. Em grande parte, a escolha deste método deve-se à utilização das bases de

dados pelos investigadores, que não podem ter acesso a informação sobre o desenho da amostra. Assim, a base de dados do ISFF incluiu um conjunto de 1000 réplicas, ou seja, os ponderadores associados às diferentes sub-amostras selecionadas a partir da amostra total.

2.2.1. Limitações

Tal como os restantes inquéritos às famílias, a população alvo são os agregados domésticos privados, ou seja, exclui os indivíduos que estão em alojamentos coletivos (como prisões, lares de idosos, instituições de assistência, etc.) (Costa, 2016). Deste modo, o inquérito não contabiliza uma parte da população onde tendencialmente domina a precariedade económica e exclusão social, é um segmento da população também alvo de “exclusão estatística”. Estes agregados representam menos de 1% da população total, no entanto, o facto de não serem considerados implica algum enviesamento da distribuição (Rodrigues, 2007).

O estudo de Farinha e Costa (2012) salienta que neste tipo de inquéritos existe uma subestimação dos valores, uma vez que as famílias mostram alguma reticência em prestar estas informações, mesmo sabendo que são respeitados os requisitos da confidencialidade dos dados. As mesmas autoras confrontaram os dados do ISSF com os dados macroeconómicos obtidos através das Contas Nacionais e observaram uma subestimação do valor dos empréstimos, depósitos e rendimentos relativos aos agregados familiares de cerca de 50%. Farinha (2007) salientou ainda que os indicadores que têm por base informação agregada, se referem a um valor médio, que corresponde a uma família virtual que pode não se aplicar a um agregado em concreto.

O facto de as famílias mais ricas terem uma menor propensão a responder a inquéritos desta natureza é mitigado pela sobre-representação das famílias mais ricas (Vermeulen, 2014). No entanto, também as pessoas em situações financeiras complexas estão, em geral, menos dispostas a responder a questões detalhadas sobre os seus rendimentos e riqueza (Atkinson, 2016).

Davies & Shorrocks (2000) e Vermeulen (2014) defendem que um recurso com interesse são as listas das pessoas mais ricas produzidas por jornalistas que permitem verificar e rever as estimativas da riqueza das famílias que estão no extremo superior da distribuição. Esta sugestão não foi, no entanto, acolhida na implementação do ISFF.

2.2.2. Conceitos

Para uma análise aprofundada da temática é necessário ter presente certos conceitos. No ISFF, as componentes que constituem a riqueza líquida estão em linha com a definição de autores como Wolff (1998) e Keister & Moller (2000). A riqueza líquida corresponde à riqueza total (soma da riqueza financeira e não financeira) excluindo o valor total da dívida.

A riqueza não financeira corresponde à soma dos valores de mercado da residência principal e outros imóveis (apartamentos, moradias, garagens, terrenos, etc.), os veículos motorizados, as participações em negócios por conta própria e outros bens valiosos (como joias ou obras de arte).

Para o cálculo da riqueza financeira somam-se os valores, no momento da entrevista, dos depósitos à ordem e a prazo (onde se incluem os certificados de aforro e do tesouro), dos ativos transacionáveis (que incluem ações cotadas em bolsa, fundos de investimento e títulos de dívida transacionáveis), das participações em negócios em

que algum dos membros do agregado desempenhe um papel ativo, dos planos voluntários de pensões e de outros ativos (empréstimos privados efetuados pelo agregado, ativos em contas geridas por bancos de investimento, derivados financeiros e patentes).

O valor da dívida engloba os empréstimos com garantia de imóveis, empréstimos não garantidos por imóveis (crédito ao consumo, crédito automóvel, etc.) e dívidas associadas a descobertos bancários, linhas de crédito ou cartões de crédito (Farinha & Costa, 2012) (INE, 2016).

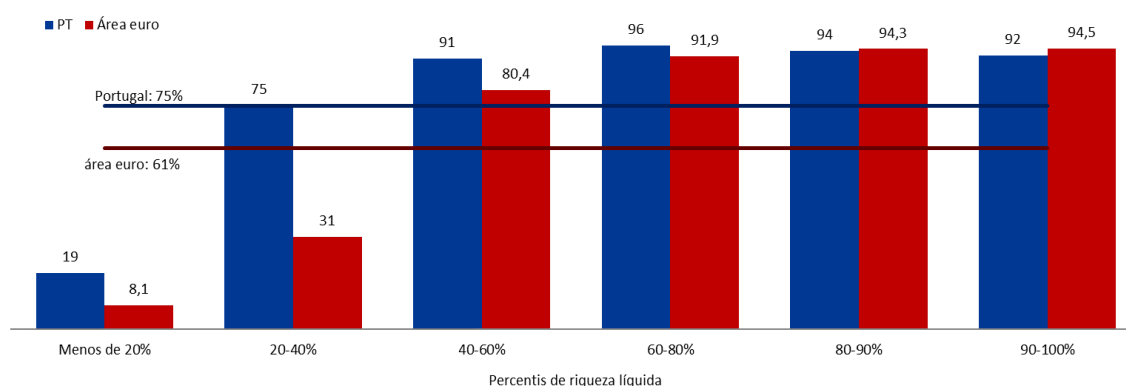
2.2.3. Principais resultados do ISFF

Os dados já publicados pelo INE, BdP e BCE permitem uma apreciação dos principais indicadores da distribuição da riqueza.

Com base no ISFF 2013 sabe-se que a riqueza líquida mediana correspondia a menos de metade da riqueza líquida média, sendo esta diferença ligeiramente mais pronunciada do que a verificada em 2010, “o que evidencia não só a forte assimetria que caracteriza a distribuição da riqueza como o seu agravamento entre 2010 e 2013” (INE, 2016). Em 2013, a riqueza líquida mediana dos 10% com maior riqueza era mais de 1200 vezes superior à riqueza auferida pelos 20% de famílias com menor nível de riqueza.

Através da análise da Figura 1 verifica-se que a proporção das famílias proprietárias de residência principal e de outros imóveis em Portugal é superior à média dos países da UE, em Portugal cerca de 75% das famílias eram proprietárias da residência principal enquanto a média da UE é de 61%. Em parte, pode justificar-se este fenómeno pelo fraco mercado de arrendamento nos países do sul, em que as famílias

foram incentivadas a adquirir habitação própria e, conseqüentemente, a contrair crédito hipotecário.



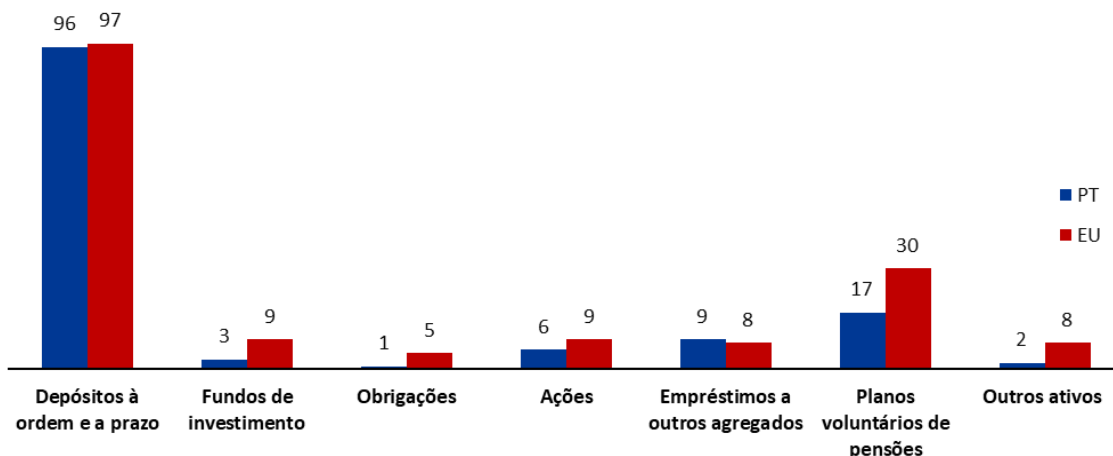
Fonte HFCS (2016a)

Figura 1 Percentagem de famílias proprietárias de RPA por classes de riqueza líquida, 2013

Agrupando os agregados por classes de riqueza, conclui-se que essas diferenças são superiores nas classes mais baixas: em Portugal, 19% das famílias que se encontram no 1º quintil de riqueza são proprietárias da residência, enquanto a média da UE é 8%. No 2º quintil, a diferença é ainda mais díspar, 75% das famílias portuguesas são detentoras de residência, enquanto a média da UE é de 31%. Para além da proporção de famílias detentoras de Residência Principal do Agregado (RPA) aumentar com o nível de riqueza, também o valor mediano da habitação aumenta com o nível de riqueza, sendo o valor mediano da residência principal das famílias no 1º quintil de 70 mil euros e no último decil de 162 mil euros (INE, 2016). No que diz respeito a outros imóveis, a proporção de famílias proprietárias em Portugal também é superior à média da UE, 30% e 24%, respetivamente (Household Finance and Consumption Network, 2016).

Em relação à distribuição dos ativos financeiros, verifica-se pela Figura 2 que as famílias portuguesas são menos proprietárias do que a média dos países da UE de ativos mais complexos, como fundos de investimento, ações e obrigações: 10% e 23%, respetivamente. Também nos planos voluntários de pensões (que correspondem em

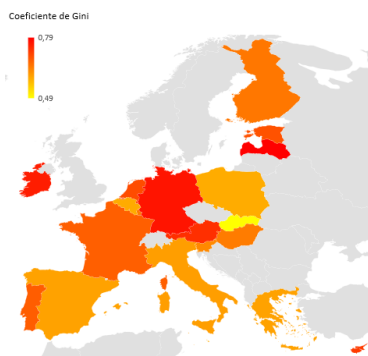
grande parte aos PPR) há uma grande discrepância entre o valor português e a média da UE, em Portugal 17% das famílias são detentoras deste tipo de planos, sendo a média da zona euro de 30%.



Fonte HFCS (2016a)

Figura 2 Percentagem de agregados proprietários de ativos financeiros, 2013

No que diz respeito aos índices de desigualdade, o valor do índice de Gini da riqueza líquida em Portugal está próximo da média da UE, 0,685 e 0,678, respetivamente. O país com o valor mais baixo (que representa uma menor desigualdade) é a Eslováquia, com 0,492, e o que apresenta o valor mais elevado (portanto, onde existe uma maior desigualdade na distribuição da riqueza) é a Letónia (0,785). Nos países da Europa do sul (Espanha, Grécia e Itália) o coeficiente de Gini varia entre 0,599 e 0,603.



Fonte HFCS (2016a)

Figura 3 Coeficiente de Gini, a nível europeu, com base na riqueza líquida, 2013

3. Análise da repartição da riqueza em Portugal

Para a análise da repartição da riqueza pode considerar-se a riqueza bruta ou riqueza líquida. A riqueza líquida corresponde à riqueza bruta (somatório dos ativos) deduzindo as dívidas. Uma das vantagens prática da análise tendo por base a riqueza bruta passa por esta não assumir valores negativos. Este aspeto é especialmente importante para o cálculo de indicadores de desigualdade porque dificulta a interpretação de alguns indicadores e impede a utilização de outros. Relativamente à análise tendo por base a riqueza líquida, esta permite efetivamente contabilizar aquilo que a família dispõe para fazer face a um acontecimento inesperado. Exemplificando: um agregado em que toda a sua riqueza é a RPA com o valor de 100 mil euros e que tem um empréstimo com o mesmo valor, tem uma riqueza bruta de 100 mil euros e riqueza líquida de 0 euros. Uma família em que toda a sua riqueza são 5 mil euros em depósitos (não tendo dívidas, a sua riqueza líquida e bruta é igual) é “mais rica” se considerarmos a riqueza líquida, porém é “mais pobre” se considerarmos a riqueza bruta. No que concerne a fazer face uma despesa inesperada, a família que possui o depósito pode levantar esse montante e utilizá-lo, enquanto a outra família, mesmo que venda a RPA terá que pagar o valor do empréstimo ao banco, pelo que não tem uma almofada financeira. Neste sentido, a riqueza bruta poderá ser enganadora da capacidade financeira da família. Face às fragilidades da riqueza bruta, optou-se em grande parte por fazer uma análise centrada na riqueza líquida.

Através da base de microdados anonimizada que o INE disponibiliza aos investigadores, foram criadas variáveis derivadas, nomeadamente a de riqueza líquida,

seguindo a metodologia estipulada pelo BCE. Realiza-se agora uma análise exploratória, dividindo a população em decis (10 grupos ordenados pela sua riqueza líquida de forma crescente), de modo a obter informação mais detalhada sobre as famílias portuguesas.

A análise apresentada tem como unidade estatística o agregado familiar, ou seja, as médias e medianas correspondem aos valores do agregado. Note-se que na análise mais *standard* da distribuição do rendimento é uma prática comum utilizar a abordagem adulto equivalente, por se considerar que existem economias de escala no seio do agregado. Para a riqueza, uma vez que é uma variável *stock*, torna-se difícil justificar teoricamente a seleção de uma escala de equivalência. Os valores apresentados correspondem aos valores no momento da entrevista.

Em 2013, a média da riqueza líquida em Portugal era de aproximadamente 156 mil euros e a mediana era de 71,2 mil euros. A riqueza bruta média era de 184,8 mil euros e a mediana de 103,9 mil euros. Note-se que em todos os decis, os valores da riqueza líquida são inferiores aos da riqueza bruta. No 1º decil a riqueza líquida tem média negativa, ou seja, existem famílias no 1º decil cujas dívidas são superiores aos seus ativos. Na parte superior da distribuição, verifica-se uma grande discrepância entre o 9º e o 10º, no que toca à riqueza líquida média, sendo que o último decil tem 3 vezes mais riqueza que o 9º decil. A diferença entre a média e mediana reflete a assimetria da distribuição.

Tabela 1 Média e mediana (em euros) da riqueza líquida e riqueza bruta por decis, 2013

	Riqueza Total Líquida			Riqueza Bruta	
	Média	Mediana		Média	Mediana
Total	155 956	71 215	Total	184 770	103 854
1º decil	7 267	0	1º decil	388	243
2º decil	3 121	2 560	2º decil	7 436	6 712
3º decil	16 268	15 896	3º decil	34 731	34 614
4º decil	36 998	36 467	4º decil	66 520	66 434
5º decil	60 288	60 545	5º decil	91 171	91 014
6º decil	84 037	82 874	6º decil	118 166	117 991
7º decil	117 846	117 330	7º decil	152 630	152 624
8º decil	167 063	164 964	8º decil	204 195	202 628
9º decil	267 288	262 078	9º decil	309 517	304 131
10º decil	813 003	628 393	10º decil	861 734	681 622

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

A Tabela 2 apresenta a percentagem de valores negativos, nulos e positivos e permite verificar que 6% das famílias portuguesas possuem riqueza líquida negativa ou nula e que mais de metade das famílias não possui qualquer tipo de dívida.

Tabela 2 Percentagem de valores negativos, nulos e positivos da riqueza, rendimento e dívida, 2013

	Percentagem de valores		
	Negativos	Nulos	Positivos
Riqueza bruta	0,0%	1,6%	98,4%
Riqueza líquida	4,8%	1,2%	94,0%
Rendimento bruto	0,0%	0,3%	99,7%
Dívida	0,0%	54,1%	45,9%

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

3.1. Análise das componentes da riqueza

Pretende-se agora analisar a composição da riqueza para diferentes percentis da população. Com esse intuito, foram considerados todos os agregados, de forma a garantir que o número de observações é constante em todas as categorias. Assim, a análise é influenciada pelos zeros nos casos em que o agregado não possui essa categoria de ativos.

Tabela 3 Peso das componentes da riqueza por decis de riqueza líquida, 2013

	Total	Decis de riqueza líquida									
		1º decil	2º decil	3º decil	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9º decil	10º decil
Ativos reais	88%	95%	87%	91%	88%	87%	88%	86%	86%	85%	89%
Residência principal	44%	77%	56%	70%	76%	73%	73%	69%	62%	51%	20%
Outros imóveis	26%	12%	13%	5%	4%	6%	8%	8%	14%	23%	41%
Negócios	14%	0%	0%	8%	1%	1%	2%	3%	5%	7%	25%
Jóias e obras de arte	1%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Veículos	3%	6%	17%	7%	6%	6%	5%	4%	4%	3%	2%
Ativos financeiros	12%	5%	13%	9%	12%	13%	12%	14%	14%	15%	11%
Depósitos à ordem	1%	2%	8%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	1%
Depósitos a prazo	7%	1%	4%	5%	7%	8%	7%	9%	9%	9%	5%
Ativos transacionáveis	1%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	1%	1%	1%
Planos voluntários de pensões	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%	1%
Outros	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Riqueza Bruta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

Analisando a Tabela 3, verifica-se que a estrutura da riqueza das famílias portuguesas é predominantemente composta por ativos reais, onde a RPA tem um grande peso, particularmente evidente ao nível dos rendimentos mais baixos, sendo 77% no 1º decil. Note-se que, apesar de no 1º e 2º decis predominar a RPA, apresentam, no entanto, uma estrutura diferente, sendo o peso da RPA no 2º decil menor, em parte pela maior importância dos veículos e dos depósitos à ordem. Do 1º ao 9º decil, a RPA constitui o principal ativo das famílias portuguesas, contudo, nos decis mais elevados os outros imóveis começam a ganhar relevância, sendo que no 10º decil o seu peso é de 41%, superior em 21 p.p. ao peso da RPA. O 10º decil destaca-se pela elevada concentração da riqueza em negócios.

Analisa-se agora o peso da dívida na riqueza das famílias por decis de riqueza líquida, pela Tabela 4 constata-se que o peso da dívida das famílias portuguesas é em média 16%, no entanto, a sua importância decresce de forma acentuada quando subimos ao longo da escala de riqueza, sendo no 1º decil 132%, (ou seja, às dívidas são superiores ao total de riqueza), 77% no 2º decil e 4% no último decil.

Tabela 4 Peso da dívida na riqueza total por decis, 2013

Total	Decis de riqueza líquida									
	1º decil	2º decil	3º decil	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9º decil	10º decil
16%	132%	77%	69%	51%	30%	25%	17%	14%	9%	4%

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

Para a análise da composição da dívida por decis de riqueza foram considerados todos os agregados que possuem pelo menos um tipo de dívida. A Tabela 5, permite concluir que os empréstimos com garantia da RPA são superiores às restantes componentes em todos os decis, sendo o seu peso superior a 75% do 2º ao 9º decil. As componentes de empréstimos não garantidos (como crédito ao consumo ou crédito automóvel) e de dívidas a familiares são superiores no 1º decil, 14% e 4%, respetivamente e não apresentam valores significativos para o resto dos decis.

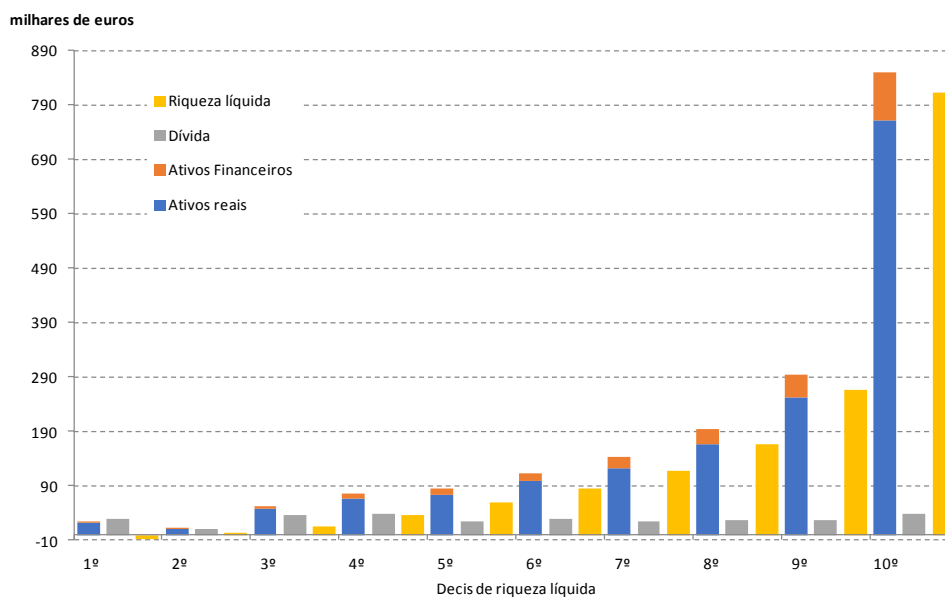
Tabela 5 Peso médio das componentes da dívida por decis, 2013

	Total	Decis de riqueza líquida									
		1º decil	2º decil	3º decil	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9º decil	10º decil
Hipoteca da Residência Principal	82%	69%	92%	79%	93%	93%	89%	91%	78%	81%	70%
Hipoteca de Outros Imóveis	11%	12%	2%	16%	3%	2%	8%	3%	16%	15%	20%
Empréstimos não garantidos por imóveis	5%	14%	5%	3%	3%	3%	2%	3%	4%	3%	7%
Cartões de Crédito, linhas de crédito	1%	1%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	2%
Dívidas a familiares	1%	4%	0%	1%	0%	1%	1%	1%	2%	0%	1%
Dívida total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

Tal como nos ativos se verifica uma maior proporção de riqueza relativa a outros imóveis nos últimos decis, o mesmo é observável no peso da dívida dedicada à dívida a outros imóveis. Os resultados obtidos parecem corroborar o descrito em (Cannerra Group, 2011), segundo o qual os agregados com elevados níveis de riqueza líquida podem utilizar os seus ativos como colateral para obtenção de crédito.



Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

Figura 4 Valor médio (em milhares de euros) da riqueza por decil de riqueza líquida, 2013

Aprofundando a análise da distribuição dos ativos e das dívidas pelos diferentes decis de riqueza, analisam-se agora os valores médios dos ativos e da dívida. Como se verifica na Figura 4, os ativos reais têm um valor médio consideravelmente superior aos ativos financeiros em todos os decis. No que diz respeito à dívida, o 4º decil é aquele que apresenta um maior valor médio de dívida e o 2º decil é aquele que apresenta um menor valor.

Verifica-se também que no 1º decil os valores dos ativos reais são superiores aos do 2º decil, o que se justifica pelo elevado nível de dívidas. Apesar das famílias do 1º decil terem um valor superior de ativos face às famílias do 2º decil, o seu valor de dívidas é superior aos seus ativos, ou seja, em termos líquidos estão numa situação mais desfavorável do que as famílias do 2º decil.

Tal como discutido por Azpitarte (2010) para o caso espanhol, a elevada proporção de famílias detentoras de RPA tem consequências na distribuição da riqueza e nos níveis

de desigualdade associados. A RPA representa uma forma muito particular de riqueza uma vez que, principalmente nos países do Sul, devido ao fraco mercado de arrendamento, as famílias foram forçadas a adquirir habitação própria e, conseqüentemente, a contrair crédito hipotecário. O estudo da riqueza sem a componente da RPA é principalmente importante em Portugal, uma vez que a percentagem de famílias detentoras de RPA é 74,7%, valor superior à média da UE em 14 p.p. e tal como foi referido anteriormente, a RPA tem um grande peso na composição da riqueza das famílias, tendo um peso superior a 40% no total da riqueza e superior a 70% no total da riqueza nos primeiros decis da distribuição.

Nesse sentido, analisou-se a riqueza líquida excluindo a RPA e os empréstimos associados⁵. Quando confrontada com os resultados da riqueza líquida conclui-se pela análise da Tabela 6, que no 1º decil, ou seja, para os 10% da população com menor riqueza, a riqueza aumenta se não for considerada a habitação própria (e os empréstimos associados), o que significa que o valor dos empréstimos é superior ao valor da habitação. Do 2º decil em diante, os valores da riqueza excluindo a RPA são inferiores aos valores da riqueza total. Verifica-se que o peso da RPA por decis é decrescente, o que se justifica pela existência de outros ativos nas classes mais elevadas de riqueza. Por outro lado, no 1º decil a análise não faz sentido devido aos valores negativos de riqueza. Esta análise deve ser lida com algum cuidado uma vez que o peso da RPA é condicionado pelos diferentes valores das habitações, pelo que, se todos os

⁵ Para a análise da riqueza sem a RPA, foi necessário excluir também os empréstimos que tem essa habitação como garantia de hipoteca. Esta análise tem as suas limitações, uma vez que existem empréstimos que têm a residência como garantia, mas que não estão associados à compra ou obras da casa. Porém, esta abordagem constitui uma boa aproximação, pois cerca de 97% têm como finalidades a compra, a reconstrução ou a realização de obras na residência.

agregados tivessem uma residência principal com o mesmo valor, o valor decrescente do peso da RPA seria ainda mais acentuado.

Tabela 6 Média (em euros) da riqueza líquida por decil, 2013

	Riqueza líquida	Riqueza líquida excluindo RPA	Peso da RPA
Total	155 956	98 744	36,7%
1º decil	- 7 267	- 7 336	-
2º decil	3 121	473	84,9%
3º decil	16 268	2 361	85,5%
4º decil	36 998	6 169	83,3%
5º decil	60 288	12 438	79,4%
6º decil	84 037	22 562	73,2%
7º decil	117 846	39 798	66,2%
8º decil	167 063	73 448	56,0%
9º decil	267 288	155 289	41,9%
10º decil	813 003	680 676	16,3%

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

3.2. Relação entre rendimentos e riqueza

Existe uma crença generalizada de que as famílias com maiores rendimentos detêm também maiores quantidades de riqueza, enquanto as famílias com menores recursos financeiros tendencialmente detêm pouca riqueza, tal como discutido em Salverda, Maestri, & Bogliacino (2014). Pretende-se agora averiguar a relação entre o rendimento e riqueza. A Tabela 7 expõe uma correlação positiva entre as duas variáveis, uma vez que as percentagens mais elevadas estão sobre ou próximas à diagonal principal. No entanto, existindo uma correlação perfeita, todos os valores estariam sobre a diagonal principal, ou seja, 10% em cada célula da diagonal principal e 0% em todas as outras. Verifica-se que 16,5% das famílias estão sobre a diagonal principal; 22,7% das famílias variam um decil entre os rendimentos e a riqueza; 17,9% varia dois decis e os restantes 42,9% têm variações superiores. Conclui-se que, apesar da correlação

positiva entre as variáveis, está longe de ser perfeita, o que enfatiza a importância do estudo da riqueza (e a não utilização dos rendimentos como variável equivalente para a avaliação do bem-estar das famílias).

Tabela 7 Proporção de agregados em cada decil de rendimento e de riqueza, 2013

	Decil do Rendimento Total										Total
	1º decil	2º decil	3º decil	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9º decil	10º decil	
1º decil	2,6%	1,5%	0,8%	1,2%	1,2%	0,8%	0,8%	0,6%	0,3%	0,1%	10%
2º decil	1,6%	1,6%	1,7%	1,1%	1,0%	0,8%	1,1%	0,5%	0,2%	0,2%	10%
3º decil	1,2%	1,6%	0,9%	1,0%	1,4%	0,9%	0,8%	1,1%	0,7%	0,4%	10%
4º decil	0,9%	1,2%	1,0%	1,3%	0,8%	1,0%	1,0%	1,3%	1,1%	0,4%	10%
5º decil	0,7%	1,2%	1,5%	1,2%	1,2%	1,0%	0,9%	1,1%	0,8%	0,4%	10%
6º decil	0,8%	1,1%	1,2%	0,8%	0,8%	1,2%	1,3%	0,9%	1,2%	0,7%	10%
7º decil	0,7%	0,7%	1,0%	1,1%	1,2%	1,0%	1,1%	1,1%	1,3%	0,9%	10%
8º decil	0,6%	0,4%	0,8%	0,8%	1,0%	1,1%	1,1%	1,4%	1,1%	1,5%	10%
9º decil	0,4%	0,4%	0,5%	0,8%	0,7%	1,3%	0,9%	1,2%	1,8%	2,1%	10%
10º decil	0,3%	0,3%	0,5%	0,5%	0,8%	0,9%	0,9%	0,9%	1,6%	3,4%	10%
Total	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	100%

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

3.3. Desigualdade

Recorre-se agora a um conjunto de indicadores para a análise da desigualdade na distribuição da riqueza ⁶.

Para o cálculo dos indicadores de desigualdade foram consideradas todas as famílias, mesmo aquelas que tinham valores negativos de riqueza líquida, o que condiciona a utilização de determinadas medidas de desigualdade, como o S80/S20 ou o índice de Atkinson e dificulta a interpretação do índice de Gini. A alternativa seria excluir da análise os agregados cuja riqueza líquida é negativa, mas esse procedimento representaria a exclusão de 4,8% das famílias, uma subestimação da desigualdade e implicaria uma reponderação dos agregados.

Um importante indicador de medição da desigualdade é o índice de Gini, um indicador que assume valores entre 0, que corresponde à perfeita igualdade, e 1 quando

⁶ Para uma explicação mais detalhada de alguns indicadores de desigualdade, veja-se o anexo 6.4.

toda a riqueza se concentra numa única família. O índice de Gini da riqueza líquida em Portugal ano de 2013 era de 0,6781 e da riqueza bruta é 0,6131, o que significa que a riqueza líquida está distribuída de forma mais desigual do que a riqueza bruta. No que diz respeito ao rendimento, obtém-se um índice de Gini de 0,4369, sendo este valor bastante menor, o que corrobora a literatura existente, de uma maior desigualdade na distribuição da riqueza do que nos rendimentos.

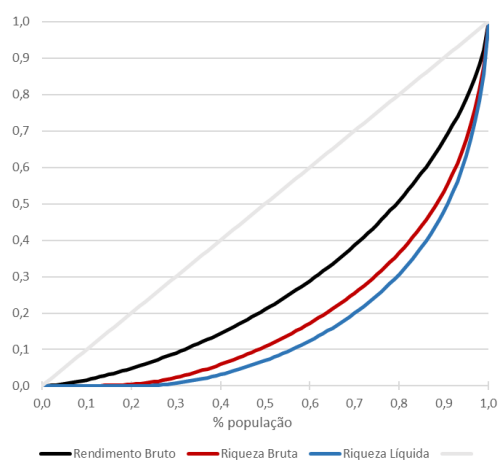
Tabela 8 Índice de Gini da riqueza bruta, líquida e rendimento bruto, 2013

	Índice de Gini
Riqueza bruta	0,6131
Riqueza líquida	0,6781
Rendimento bruto	0,4369

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

Associado ao índice de Gini, está a curva de Lorenz. De forma a simplificar a leitura da Curva de Lorenz na figura seguinte os valores negativos da riqueza líquida foram transformados em zeros. A Figura 5 permite confirmar que, apesar do seu afastamento significativo, o rendimento apresenta uma distribuição menos desigual que a riqueza bruta, sendo a riqueza líquida mais desigual que as distribuições supramencionadas.



Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

Figura 5 Curvas de Lorenz, 2013

Uma análise mais detalhada sobre a desigualdade dos ativos, sintetizada na Tabela 9 permite verificar que está associada uma maior desigualdade aos ativos financeiros do que aos ativos reais, em parte porque as famílias de menos recursos também possuem habitação própria (que é um ativo real) porém não possuem ativos financeiros. Outro indicador é o rácio média/mediana que reflete uma maior desigualdade nos ativos financeiros em relação aos ativos reais. Como sugere Azpitarte (2010) se entendermos este rácio como medida padrão da assimetria, os ativos financeiros apresentam uma distribuição mais assimétrica à direita que os ativos reais. Note-se que, se considerarmos a riqueza excluindo a RPA, o índice de Gini aumenta 20%, ou seja, a RPA tem um efeito equalizador na distribuição da riqueza.

Outro indicador de desigualdade é o *top share*, que corresponde à proporção de riqueza detida por uma percentagem da população. Numa situação de igualdade perfeita 10% da população seria detentora de 10% da riqueza. Em 2013, os 10% de famílias mais ricas detinham mais de metade (52%) da riqueza líquida e, se for excluída a habitação própria, a proporção de riqueza detida ascendia os 69%. Da análise da Tabela 9 pode ainda concluir-se que o 1% das famílias mais ricas detinham em 2013 um quinto dos ativos financeiros.

Tabela 9 Indicadores de desigualdade, 2013

	Rácio média/mediana	Índice de Gini	Top 1% Share	Top 5% Share	Top 10% Share
Riqueza bruta	1,78	0,6131	13%	32%	47%
Riqueza líquida	2,19	0,6781	15%	37%	52%
Ativos reais	1,79	0,6292	13%	37%	48%
Ativos financeiros	4,94	0,7681	20%	45%	61%
Riqueza líquida sem RPA	5,92	0,8149	21%	51%	69%

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

3.4. Impacto da crise

Uma vez que os dados sobre a riqueza têm como período de referência o momento atual, o ISFF apresenta informação sobre a riqueza para os anos de 2010 e 2013. A comparação entre 2010 e 2013 permite uma aproximação aos efeitos da profunda crise económica que em Portugal teve um maior impacto sobre as famílias em 2010 e se acentuou nos anos subsequentes. A riqueza líquida teve uma diminuição de 8,5% e os resultados da Tabela 10 sugerem que foram as famílias com menos recursos que mais sofreram com a crise, notando-se que o 1º decil da distribuição da riqueza líquida mais que duplicou o seu valor negativo, o 2º decil registou uma quebra de 50%, sendo o valor decrescente nos restantes decis. O 10º decil registou um decréscimo inferior a 10%, tendo o 9º decil registado mesmo um ligeiro acréscimo. De forma similar ao verificado nos rendimentos (Rodrigues, Junqueira & Figueiras, 2016) as famílias situadas na parte inferior da distribuição parecem ter sofrido um maior impacto da crise.

Tabela 10 Média (em euros) da riqueza líquida por decis, 2010 e 2013

	Riqueza Líquida		
	2010	2013	Varição
TOTAL	170 410	155 956	-8,5%
1º decil	- 3 525	- 7 267	106,1%
2º decil	6 248	3 121	-50,0%
3º decil	24 435	16 268	-33,4%
4º decil	48 686	36 998	-24,0%
5º decil	71 789	60 288	-16,0%
6º decil	98 361	84 037	-14,6%
7º decil	132 279	117 846	-10,9%
8º decil	183 383	167 063	-8,9%
9º decil	264 777	267 288	0,9%
10º decil	874 756	813 003	-7,1%

Fonte INE, ISFF 2010⁷ e 2013. Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

⁷ Os valores de 2010 foram ajustados à inflação pelo fator de 1.079, definido em Household Finance and Consumption Network (2016).

Pela análise da proporção de valores negativos e nulos verifica-se em 2013, face a 2010 que em termos de riqueza líquida, há uma maior proporção de famílias em situações desfavoráveis, tendo a percentagem de famílias com valores negativos aumentado 2.1 p.p. nesse período.

Tabela 11 Proporção de valores negativos, nulos e positivos de riqueza, 2010 e 2013

	Percentagem de valores					
	Negativos		Nulos		Positivos	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013
Riqueza bruta	0,0%	0,0%	1,6%	1,6%	98,4%	98,4%
Riqueza líquida	2,7%	4,8%	1,5%	1,2%	95,7%	94,0%
Rendimento bruto	0,0%	0,0%	0,9%	0,3%	99,1%	99,7%
Dívida	0,0%	0,0%	53,8%	54,1%	46,2%	45,9%

Fonte INE, ISFF 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

O índice de Gini reflete também esse agravamento da desigualdade: tanto os valores da riqueza líquida como da riqueza bruta aumentaram. No entanto, no topo da distribuição verifica-se algo diferente do esperado, o top share do 1% e dos 5% diminuíram, ou seja, a proporção de riqueza detida pelos 1% e 5% mais ricos da população é menor.

Apresenta-se ainda um outro indicador de desigualdade, o rácio de quantis, que corresponde a um rácio simples entre a riqueza detida pelo par de famílias situados naquele percentil de distribuição. Em 2013 o P80/P20 da riqueza líquida em 2013 era de 91,7, o que significa que a riqueza da detida pela família no percentil 80 era cerca de 92 vezes superior à riqueza da família detida no percentil 20. O valor correspondente em 2010 era bastante inferior (50,7). Também o indicador P90/P50 reflete esse agravamento da desigualdade.

Tabela 12 Indicadores de desigualdade, 2010 e 2013

	Riqueza bruta		Riqueza líquida	
	2010	2013	2010	2013
Índice de Gini	0,6068	0,6131	0,6597	0,6781
Top 1% Share	16,9%	12,6%	19,8%	14,6%
Top 5% Share	34,7%	32,3%	39,4%	36,7%
P80/P20	16,7	25,9	50,7	91,7
P90/P50	3,9	5,1	12,2	14,8

Fonte INE, ISFF 2010 e 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

Relativamente à composição da riqueza das famílias portuguesas em 2010 e em 2013, uma vez que se trata de um período temporal reduzido, a estrutura é muito semelhante, registando-se apenas um ligeiro decréscimo do peso da RPA e um ligeiro aumento do peso de outros imóveis entre aqueles anos.

Tabela 13 Peso das componentes da riqueza, 2010 e 2013

	2010	2013
Ativos reais	88%	88%
Residência principal	49%	44%
Outros imóveis	23%	26%
Negócios	12%	14%
Jóias e obras de arte	1%	1%
Veículos	4%	3%
Ativos financeiros	12%	12%
Depósitos à ordem	1%	1%
Depósitos a prazo	7%	7%
Ativos transacionáveis	1%	1%
Planos voluntários de pensões	1%	2%
Outros	1%	2%
Riqueza Bruta	100%	100%

Fonte INE, ISFF 2010 e 2013

Dados obtidos pela autora a partir dos microdados anonimizados

4. Conclusões

A problemática da desigualdade é pertinente, atual e requer uma análise profunda por toda a sociedade. A riqueza é definida pela literatura como a variável mais abrangente para avaliar o bem-estar das famílias uma vez que os ativos são o principal instrumento que as famílias dispõem para se protegerem de vários riscos tais como desemprego, doença ou divórcio ((Wolff, 1998); (Stiglitz, Sen, & Fitoussi, 2009); (OECD, 2013)).

Conhecer com maior detalhe a distribuição e composição da riqueza das famílias é crucial para apoiar a tomada de decisão, nomeadamente na definição das políticas redistributivas. A desigualdade da distribuição da riqueza não deve ser considerada como um problema que atinge apenas as pessoas com menos riqueza, mas sim a da sociedade. A visível desigualdade contemporânea constitui um travão ao crescimento económico e ao desenvolvimento social (Rodrigues, 2017).

Este estudo reafirma a conclusão já conhecida de outros estudos que a desigualdade na distribuição da riqueza é claramente superior à verificada quando consideramos a desigualdade na distribuição do rendimento.

Mas o estudo aqui apresentado vai mais longe demonstrando que a comparação da assimetria na distribuição da riqueza e do rendimento não é exclusivamente um problema de escala. Ao procedermos ao confronto entre a ordenação das famílias de acordo com o seu nível de rendimento e pelo seu nível de riqueza líquida foi possível detetar a existência de fortes movimentos de *reranking* que alteram substancialmente a posição relativa das famílias. As diferenças de nível e de composição entre a

distribuição da riqueza e do rendimento apontam inequivocamente para a necessidade de uma leitura cruzada das duas variáveis como condição para uma efetiva avaliação da desigualdade económica em Portugal.

Quer a desigualdade da riqueza bruta quer a da riqueza líquida são necessárias para uma plena caracterização da riqueza, ainda que os seus resultados não sejam necessariamente coincidentes. Ambas foram analisadas neste estudo, verificando-se uma maior desigualdade da riqueza líquida. Por se considerar que a riqueza líquida é, aquela que melhor traduz a efetiva capacidade de as famílias controlarem e mobilizarem os seus recursos, em grande parte da análise efetuada consideraram-se os decis da sua distribuição como referencial para caracterizar a distribuição da riqueza.

A composição da riqueza constitui um elemento crucial para a interpretação da desigualdade e para explicar a forma como esta se distribui entre as várias famílias. No Capítulo 3 evidenciou-se que as famílias portuguesas detinham 88% da riqueza em ativos reais e 12% em ativos financeiros. O valor da habitação própria constitui a principal componente do património das famílias com um peso de 44% no total da sua riqueza e estando representado na estrutura da riqueza de 75% das famílias. Mas a composição da riqueza não é homogénea ao longo dos vários decis. Por exemplo, o peso dos ativos financeiros é de 5% na base da distribuição duplicando a sua importância nos decis de topo. De forma oposta, o peso da habitação própria assume um peso de 77% no 1º decil e de somente 20% no decil mais elevado. Esta diferente composição da riqueza constitui um elemento preponderante assimetria da riqueza global. Um dos resultados mais saliente deste trabalho é o de evidenciar o relativo efeito equalizador que a habitação própria exerce sobre a distribuição da riqueza. Se à riqueza líquida das

famílias for subtraída a componente da habitação própria, a desigualdade medida pelo índice de Gini, sobe cerca de 20%, passando de um valor de 0,678 para 0,815.

A importância da dívida tem igualmente um forte impacto na distribuição da riqueza das famílias. O peso da dívida, medido como a relação entre o valor médio da dívida de cada decil e o valor médio da riqueza bruta era, em 2013, de cerca de 16% para o conjunto das famílias. No entanto, a sua importância decresce de forma acentuada quando subimos ao longo da escala de riqueza. O peso da dívida é de 132% no 1º decil e de somente 4% no último decil.

A comparação entre os valores da riqueza em 2010 e 2013 somente nos permitem uma visão muito parcelar dos impactos da recente crise dada a proximidade dos anos em análise. As principais características estruturais da riqueza permaneceram em grande medida inalteradas. Durante este período ocorreu, porém, uma contração significativa da riqueza das famílias. A riqueza líquida teve um decréscimo de 8,5%. No entanto, e de forma similar ao ocorrido na distribuição do rendimento equivalente (Rodrigues, Junqueira & Figueiras, 2016), a redução da riqueza líquida foi profundamente desigual e regressiva. O 1º decil da distribuição da riqueza líquida quase que duplicou o seu valor negativo, enquanto o último decil registou um decréscimo inferior a 10%, tendo o 9º decil registado mesmo um ligeiro acréscimo.

Os resultados obtidos, e atrás sumarizados, permitem uma primeira resposta às questões a que este trabalho se propunha analisar: qual o nível de desigualdade na distribuição da riqueza, como é que a distribuição da riqueza se relaciona com a distribuição do rendimento, quais os efeitos da presente crise económica na assimetria da distribuição da riqueza. No entanto, o trabalho desenvolvido evidenciou igualmente

que uma verdadeira compreensão dos principais determinantes da riqueza e da sua evolução exige um conhecimento mais profundo da composição da riqueza, dos principais fatores da sua variação, da sua repartição entre os vários grupos da sociedade. Questões como o papel essencial do endividamento na explicação da riqueza, o processo de transmissão geracional da riqueza nomeadamente a importância das heranças, o processo de *reranking* na ligação entre a riqueza e rendimento, a relevância de fatores sociodemográficos como os níveis de instrução ou a evolução da riqueza ao longo do ciclo de vida constituem instrumentos basilares para um aprofundamento do estudo agora encetado e que se propõe desenvolver em investigação futura. Seria também interessante replicar este estudo, incorporando nos resultados a população dos excluída da amostra do inquérito, como sem-abrigo, hospitalizados e pessoas institucionalizadas que apesar de representarem menos de 1% da população, são aqueles que tendencialmente estão numa situação de maior carência.

5. Referências bibliográficas

Alvaredo, F., Atkinson, T., & Morelli, S. (dezembro de 2015). *The importance of wealth concentration and why it is so difficult to measure*. Disponível em: VOX CEPR's Policy Portal <http://voxeu.org/article/measuring-concentration-wealth#.VnWVzBABt0>

Atkinson, A. (2016). *Desigualdade - O que fazer?* Bertrand Editora.

Azpitarte, F. (2010). *The household wealth distribution in Spain: the role of housing and financial wealth*. Hacienda Pública Española/ Revista de Economía Pública

Canberra Group. (2011). *Handboook on Household Income Statistics*. United Nations Economics Commission for Europe.

Costa, S. (2016). *Situação financeira das famílias em Portugal: uma análise com base nos dados do ISFF 2013*. Banco de Portugal.

Cowell, F., Karagiannaki, E., & McKnight, A. (2012). *Mapping and measuring the distribution of household: A cross-country analysis*. Centre for Analysis of Social Exclusion.

Cristia, J. P. (2009, Janeiro). *Rising Mortality and Life Expectancy Differentials*. Disponível em: <http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubwp-665.pdf>

Davies, J., & Shorrocks, A. (2000). *The Distribution of wealth*. In A. Atkinson, & F. Bourguignon, *Handbook of Income Distribution*, volume I (pp. 605-675). North Holland.

Eurostat. (2017). *Gini coefficient of equivalised disposable income*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tessi190&plugin=1> [Retirado em 28/09/2017]

Farinha, L., & Costa, S. (2012). *Inquérito à situação financeira das famílias: metodologia e principais resultados*. Banco de Portugal.

Farinha, L., & Noorali, S. (2004). *Endividamento e riqueza das famílias portuguesas*. In Banco de Portugal, *Relatório de Estabilidade Financeira* (pp. 145-158). Banco de Portugal.

Fessler, P., Lindner, P., & Segalla, E. (2014). *Net Wealth across the Euro Area, Why household structure matters and how to control for it*. European Central Bank.

Honkkila, J., & Kavonius, I. K. (2013). *Micro and Macro Analysis on Household Income, Wealth and Saving in the Euro Area*. European Central Bank.

Household Finance and Consumption Network. (2016). *The Household Finance and Consumption Survey: methodological report for the second wave*. European Central Bank.

Household Finance and Consumption Network. (2016a). *The Household Finance and Consumption Survey: results from the second wave*. European Central Bank.

Household Finance and Consumption Network. (2016b). *Household Finance and Consumption Survey - Wave 2 - Core and derived variables catalogue*. European Central Bank.

Household Finance and Consumption Network. (2009). *Survey data on Household Finance and Consumption - Research summary and policy use*. European Central Bank.

Instituto Nacional de Estatística. (2006). *Documento metodológico inquérito ao Património e endividamento das famílias*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Cerca de 13% das famílias endividadas têm encargos com a dívida superiores a 40% do seu rendimento - Destaque à comunicação social*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística. (2016). *30% das Famílias tinham dívidas com garantia da residência principal - Destaque à comunicação social*. Lisboa: INE.

Keister, L., & Moller, S. (2000). *Wealth Inequality in the United States*. Annual Reviews.

OECD (2013). *Guidelines for Micro Statistics on Household Wealth*. OECD.

OECD (2013a). *Framework for Statistics on the Distribution of Household Income*. OECD.

Piketty, Thomas. (2014). *O capital no século XXI*. Temas e Debates.

Rodrigues, C. F. (2007). *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*. Edições Almedina.

Rodrigues, C. F. (2017). *Desigualdade pobreza e desenvolvimento. mimio*. Disponível em: Areia dos dias: http://areiadosdias.blogspot.pt/p/blog-page_78.html

Rodrigues, C. F., & Andrade, I. (2013). *Growing inequalities and their impacts in Portugal*. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2873048

Rodrigues, C. F., Junqueira, V., & Figueiras, R. (2016). *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Salverda, W., Maestri, V., & Bogliacino, F. (2014). *Wealth inequality and the accumulation of debt*. In W. Salverda, B. Nolan, D. Checchi, I. Marx, A. McKnight, I. Tóth,

& H. Werfhorst, *Changing inequalities in rich countries: analytical and comparative perspectives* (pp. 82-120). Oxford University Press.

Stiglitz, J. (2013). *O preço da desigualdade*. Bertrand Editora.

Stiglitz, J., Sen, A., & Fitoussi, J.-P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*.

Vermeulen, P. (2014). *How fat is the top tail*. European Central Bank.

Wilkinson, R., & Pickett, K. (2010). *O Espírito da Igualdade - Por que razão sociedades mais igualitárias funcionam quase sempre melhor*. Editorial Presença.

Wolff, E. (1998). *Recent Trends in the Size Distribution of Household Wealth*. In *Journal of Economic Perspectives*, 12 (pp. 131-150).

6. Anexos

6.1. Conteúdo do questionário

Figura 6 Conteúdo do questionário ISFF 2013



Adaptado de OECD (2013)

6.2. Base de dados do ISFF

A base de dados do ISFF é constituída por 9 ficheiros que contêm vários tipos de variáveis:

- Registo dos 8000 alojamentos da amostra (ficheiro S) e variáveis demográficas dos indivíduos dos agregados respondentes (ficheiro R);
- Variáveis do questionário relativas ao agregado familiar (ficheiro H) e relativas ao questionário individual (ficheiro P). Nestes ficheiros estão os 5 *implicates* que correspondem a 5 sub-bases de dados, ou seja, para o cálculo de um valor é necessário calculá-lo em cada um dos *implicates* e fazer a média dos *implicates*;
- Variáveis *flags* (ficheiros FS, FH, FP e FX) uma vez que a cada variável do questionário corresponde uma *flag* que indica a forma como foi obtida (por exemplo, variável

recolhida diretamente da família, variável não respondida por não se aplicar a questão, variável imputada, variável corrigida, etc.);

- Ponderador da amostra (incluído no ficheiro H) necessário para que os cálculos feitos na amostra sejam representativos da população;
- Réplicas (ficheiro W) para o cálculo da variância.

6.3. Construção das variáveis derivadas⁸

A riqueza líquida é definida como a diferença entre o valor total de ativos e o valor total das dívidas. Os ativos totais consistem em ativos reais e ativos financeiros:

Os **ativos reais** incluem:

- Valor da RPA;
- Valor de outros bens imóveis (apartamento, moradia, garagens, escritórios, hotéis, outros edifícios comerciais, quintas, terrenos, etc);
- Valor dos veículos motorizados (carros, motociclos, barcos, aviões, outros);
- Valor de artigos de valor (como joias e obras de arte);
- Valor de negócios por conta própria de membros do agregado.

Os **ativos financeiros** incluem:

- Contas à ordem;
- Contas a prazo;
- Ativos transacionáveis (tais como negócios com participação como investidor, empréstimos concedidos a familiares, fundos de investimento, obrigações, ações, opções, futuros, outros);
- Planos voluntários de pensões e seguros de vida (somatório dos valores de todos os indivíduos do agregado).

⁸ Adaptado de Household Finance and Consumption Network (2016b)

As **dívidas** incluem:

- Empréstimos com garantia da RPA;
- Empréstimos com garantia de outros imóveis;
- Dívida em cartões de crédito, linhas de crédito/contas a descoberto;
- Empréstimos não garantidos por imóveis (como crédito automóvel ou crédito ao consumo);
- Empréstimos a familiares.

RENDIMENTO DO AGREGADO

O rendimento bruto corresponde ao somatório de rendimentos individuais e rendimentos do agregado.

Os **rendimentos individuais** são referentes a indivíduos com 16 ou mais anos e incluem:

- Rendimento do trabalho por conta de outrem;
- Rendimento do trabalho por conta própria;
- Rendimento de pensões concedidas pelos regimes públicos de proteção social, por fundos de pensões ou PPR;
- Rendimento proveniente do subsídio de desemprego.

Os **rendimentos ao nível do agregado** incluem:

- Prestações do sector público de carácter regular;
- Transferências privadas regulares;
- Rendimento de rendas de imóveis;
- Rendimentos de juros e dividendos;
- Outros rendimentos

6.4. Indicadores de desigualdade⁹

Índice de Gini: é um indicador de desigualdade na distribuição da riqueza que sintetiza a assimetria da distribuição, assumindo valores entre 0 e 1. Onde 0 corresponde à igual distribuição equitativa da riqueza por todas as famílias, e 1 é o caso em que toda a riqueza está concentrada numa única família. O cálculo pode ser dado por:

$$G = 1 + \frac{1}{n} - \frac{2}{n^2\mu} \sum_{i=1}^n (n - i + 1)y_i'$$

Em que:

y_i' – Riqueza do agregado i , estando os agregados ordenados por ordem crescente da sua riqueza;

n – População total;

μ – Riqueza média da distribuição.

Curva de Lorenz Trata-se de uma representação gráfica em que o eixo do x representa a proporção acumulada de famílias e o eixo do y corresponde à proporção acumulada de riqueza. A curva da distribuição seria coincidente com a linha de 45 graus que passa pela origem caso existisse igualdade perfeita, no caso 10% da população deter 10% da riqueza e assim sucessivamente. Deste modo, quanto mais as curvas se afastam da linha de perfeita igualdade, mais desigual é essa distribuição.

Índice S80/S20: também conhecido por rácios interquantis, corresponde à proporção de riqueza auferida pelos 20% da população com maior riqueza (último quintil) em

⁹ Adaptado de Rodrigues, Junqueira & Figueiras (2016)

relação à recebida pelos 20% com menor nível de riqueza (1º quintil). Pode ser utilizado com outros quantis, nomeadamente S90/S10.

Índice P80/P20: é um rácio simples entre a riqueza detida pelo par de famílias situadas no percentil 20 e 80. Pode assumir outros quantis, nomeadamente P90/P50 que corresponde ao rácio entre a família situada no percentil 90 da distribuição da riqueza e o percentil 50 (que corresponde à mediana).

Top share: corresponde à proporção de riqueza total auferida por uma determinada população, por exemplo, top share 10% corresponde à riqueza detida pelas 10% de famílias com maior nível de riqueza.